

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em consultoria e assessoria administrativa de leis federais que instituem políticas públicas de Cultura, pelos recursos para fomento cultural de que trata a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, PNAB - Política Nacional Aldir Blanc, para atender a Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer do município de Arauá/SE.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá às necessidades abaixo especificadas.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

À secretaria Municipal da Cultura, Esporte, Turismo e Lazer compete, dentre outras atribuições, promover o planejamento e o fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como área estratégia para o desenvolvimento legal, a SECULT também tem como objetivo valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressem a diversidade étnica e social do Município;

Como forma de alcançar seus objetivos institucionais, a secretaria realiza diversos eventos festivos que compõem o calendário cultural e turístico do município, como por exemplo os festejos juninos, natal e réveillon. Além disso, a secretaria apoia todo e qualquer evento que fomente a cultura e o turismo do município, fornecendo toda estrutura e apoio logístico necessário para tal.

O Congresso Nacional decreta a Lei nº 14.399 de 08 de Julho de 2022. Esta Lei institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

Arauá é um dos municípios contemplados pela transferência de recursos decorrentes desta Lei e deve repassar os recursos oriundos do Fundo Nacional da Cultura – FNC, serão executados mediante editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e a suas áreas técnicas.

A necessidade da contratação de uma consultoria especializada para a implementação da Lei Aldir Blanc 2 no município decorre de diversos fatores, dentre os quais:

- A complexidade da lei: a Lei Aldir Blanc 2 é uma lei complexa, que estabelece diversas regras e procedimentos para a implementação de ações culturais. A contratação de uma consultoria especializada permitirá ao município contar com o suporte de profissionais com expertise em gestão cultural para interpretar e aplicar corretamente a lei.

- A imperatividade da otimização financeira: optar pela contratação de uma consultoria especializada emerge como uma estratégia economicamente benéfica para o município, uma vez que dispensa a obrigatoriedade de treinamento de servidores públicos para desempenhar as

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

atividades essenciais à execução da lei. Destaca-se, ademais, que tal despesa pode ser integralmente suportada pelos recursos provenientes da própria legislação.

Vale destacar que, a Lei Aldir Blanc 2, Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, destina recursos significativos para o fomento e preservação da cultura no Brasil. No âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Cultura será beneficiária desses recursos, direcionados à implementação de ações culturais conforme estipulado pela referida legislação. A execução da Lei Aldir Blanc 2 impõe desafios consideráveis ao município, demandando a realização de diversas atividades, tais como:

- Elaboração de editais;
- Operacionalização do Transferegov;
- Cronograma de Execução das Contrapartidas;
- Acompanhamento da execução da Política Nacional Aldir Blanc;
- Plantão presencial, físico ou online na Secretaria da Cultura para sanar dúvidas, tanto no horário de expediente de Segunda à Sexta-Feira e ao surgir necessidade de atendimento excepcional, assim que solicitado pela secretaria;
- Orientação aos artistas;
- Prestação final de contas;

Com o propósito de assegurar a efetividade da implementação desta legislação, torna se imperativo o apoio de profissionais especializados em gestão cultural para a adoção de medidas adequadas para a contratação destes serviços.

2.2. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Fátima Cristina de Jesus Rocha Assessora de Divisão <i>Matrícula nº 1092988</i>

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Plano de Contratações Anuais (PCA) desta municipalidade, contempla a contratação de empresa especializada em consultoria e assessoria, alinhando-se ao planejamento da Administração, consoante inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4. REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO

A proposta deve estar alinhada às normativas estabelecidas, e:

A empresa deve ter um plano de trabalho claro e objetivo;

A empresa deve ser capaz de entregar os resultados dentro do prazo e do orçamento;

A empresa deve alinhar suas ações com os seguintes diplomas legais:

- Lei Nº 14.399, de 8 de julho de 2022, institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

- Decreto Nº 11.740, de 18 de outubro de 2023 - Regulamenta a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;
- Portaria MinC Nº 80, de 27 de outubro de 2023 - Estabelece diretrizes complementares para solicitação e aplicação de recursos de que trata a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB no ano de 2023.
- Decreto Nº 11.453, de 23 de março de 2023 – Decreto de Fomento à Cultura

4.1. É vedada a participação de:

- a)** Agentes públicos com vínculo ativo na administração direta e indireta do Município de Arauá/SE, seus cônjuges e familiares até 2º grau de parentesco na linha reta ou colateral, ainda que por afinidade;
- b)** Servidores terceirizados, prestadores de serviço, agentes políticos e pessoas que tenham algum vínculo empregatício direto e/ou indireto com o Município de Arauá/SE.
- c)** pessoas jurídicas, sob qualquer tipo de natureza, que tenham em seu quadro de pessoal como proprietário, gerente, diretor, acionista ou representante vinculados à administração pública direta e indireta do Município
- d)** pessoa física ou jurídica que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e/ou de contratar com a Administração Pública;

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a elaboração deste ETP, visando ao levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo e solução a contratar, observou-se outros editais, no qual constatou-se que predomina a contratação de assessoria através de licitação em que é a solução mais viável, existente no mercado para atender as necessidades desta secretaria.

Ademais, na própria lei possui respaldo no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, Art. 13. *(Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão utilizar até cinco por cento dos recursos recebidos para a operacionalização das ações de que trata este Decreto, observado o teto de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).)*, onde autoriza os entes federados a destinarem até 5% dos recursos recebidos para despesas de consultoria. Logo, a aquisição destes serviços configura-se como medida legal e essencial para o êxito da implementação da referida legislação no município. Além dos aspectos legais, a contratação de uma consultoria especializada também se revela vantajosa do ponto de vista econômico.

A contratação de profissionais especializados proporciona ao município a economia de recursos, evitando a necessidade de capacitar servidores públicos para a execução das atividades indispensáveis à implementação da lei.

A alternativa encontrada para esta contratação foi a solicitação de cotações/ orçamentos para pesquisa de preços, visto que não teria condições de serem encontrada(os) no banco de preços, por motivo do percentual de 5% do valor repassado ao município que difere dos valores repassados a outros beneficiados para a contratação de empresas do ramo.

Portanto, a contratação de uma consultoria especializada emerge como a escolha mais

apropriada para o município, assegurando a eficácia da implementação da Lei Aldir Blanc 2. Esta medida é respaldada legalmente, imprescindível para o sucesso do empreendimento, e apresenta-se como uma solução economicamente vantajosa.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A consultoria especializada apresenta-se como solução tecnicamente viável, proporcionando acesso a conhecimentos especializados em gestão cultural. A expertise oferecida abrange a elaboração de planos de ação, gestão de processos seletivos e avaliação de propostas, elementos fundamentais para a efetiva implementação da Lei Aldir Blanc 2. A capacidade técnica da consultoria respalda a qualidade e adequação das atividades propostas.

A contratação da consultoria otimiza a operacionalização das atividades necessárias à implementação da legislação, uma vez que os profissionais especializados já possuem experiência comprovada na condução de processos similares. A consultoria proporcionará suporte contínuo, assegurando a eficiência dos procedimentos, a conformidade com os requisitos legais e a efetividade na entrega de resultados.

A consultoria especializada atende de forma abrangente às necessidades identificadas na demanda de contratação. Proporciona orientação técnica qualificada para a elaboração do plano de ação, suporte na condução de processos seletivos, ferramentas para avaliação de propostas, assistência na gestão financeira e contábil, e assegura a conformidade na prestação de contas. A solução proposta alinha-se integralmente com os desafios impostos pela implementação da Lei Aldir Blanc 2 no contexto específico do município.

Em resumo, a contratação da consultoria visa não apenas atender às exigências legais da Lei Aldir Blanc 2, mas também garantir uma implementação eficiente e eficaz, otimizando o uso dos recursos e contribuindo positivamente para o cenário cultural do município.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

O quantitativo previsto neste termo para alguns itens, é aquele que, a partir de análise empreendida reflete a necessidade da administração.

ITEM	Especificação	UNID.	VALOR MÉDIO ESTIMADO
1	Contratação de consultoria especializada/prestação de serviço, para a implementação da Lei Aldir Blanc com as seguintes atribuições: <ul style="list-style-type: none">• Elaboração de editais;• Operacionalização do Transferegov;• Pareceristas para avaliação do projetos;• Cronograma de Execução das Contrapartidas;• Acompanhamento da execução da Política Nacional Aldir Blanc;• Plantão presencial, físico ou online na Secretaria da Cultura para sanar dúvidas, tanto no horário de expediente de Segunda à Sexta-Feira e ao surgir necessidade de atendimento excepcional, assim que solicitado pela secretaria;• Orientação aos artistas;	1	R\$ 4.591,19

	<ul style="list-style-type: none">• Prestação final de contas;		
--	--	--	--

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação:

Vislumbrando-se a hipótese em comento foi realizada pesquisa de preço em empresas do ramo e pesquisas em sites de compras públicas, oriundos de municípios do Estado de Sergipe, e estas coletas serão utilizadas para formação do preço referencial. Os orçamentos constam em anexo.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Na presente demanda, não é vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto, visto que por se tratar de contratação de assessoria especializada de uma única categoria, com requisitos muito específico. Tal escolha se deve em razão dos seguintes benefícios:

- Padronização dos serviços oferecidos, bem como a celeridade na prestação dos serviços, diminuindo o risco de falhas na sua prestação;
- Necessidade de conservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que vários prestadores de serviços poderão provocar descontinuação da uniformização, assim como problemas no gerenciamento e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem o intuito de constituir um todo unitário;
- Possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços;
- Assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também a gerência segura da contratação, de modo a esta alcançar a sua finalidade e efetividade, que é a de atender de maneira satisfatória as necessidades da Administração Pública;
- Economia de escala, devido a economia logística e a diminuição de transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão do serviço a ser prestado.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Com base nos requisitos do presente Estudo Técnico Preliminar, não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes necessárias à efetividade da presente contratação.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da consultoria para implementar a Lei Aldir Blanc 2, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. Elaboração Eficiente do Plano de Ação:

- Desenvolvimento de um plano de ação qualificado e alinhado às necessidades locais, visando

otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

2. Processos Seletivos Transparentes e Eficazes:

- Realização de processos seletivos transparentes, eficazes e alinhados às diretrizes da Lei Aldir Blanc 2, garantindo a seleção adequada de projetos culturais.

3. Avaliação Rigorosa de Propostas:

- Aplicação de ferramentas e metodologias especializadas para uma avaliação criteriosa das propostas, assegurando a escolha de iniciativas culturalmente relevantes e viáveis.

4. Gestão Financeira e Contábil Efetiva:

- Suporte na gestão financeira e contábil dos recursos recebidos, garantindo transparência e conformidade com as normativas legais.

5. Conformidade na Prestação de Contas:

- Assegurar que a prestação de contas dos recursos recebidos esteja em plena conformidade com a legislação vigente, evitando problemas legais e garantindo a continuidade do financiamento.

6. Otimização de Recursos e Economia Financeira:

- Economia de recursos para o município ao evitar a necessidade de capacitar integralmente servidores públicos, aproveitando a expertise da consultoria especializada.

7. Capacitação Institucional:

- Transferência de conhecimento e capacitação dos colaboradores da Secretaria Municipal de Cultura, fortalecendo a capacidade interna para gestões culturais futuras.

8. Efetiva Contribuição para a Cultura Local:

- Contribuição efetiva para o desenvolvimento cultural local, promovendo a execução bem-sucedida de ações e projetos culturais impactantes e alinhados com as necessidades da comunidade.

Etapas do trabalho:

- Solicitação de Recursos nas plataformas; Reunião com fazedores de cultura; Elaboração de eventos culturais no município, Criação do Conselho, Fundo e Plano de Cultura, Reunião com Equipe de Cultura, Assessoria na destinação dos recursos; Leitura e entendimento de editais culturais de todas as esferas; Desenvolvimento de modelos de Editais; Assessoria ao preenchimento das inscrições; Assessoria na análise dos projetos; Prestação de contas da PNAB e nos demais editais; Assessoria em atividades culturais municipais e regionais; Assessoria Lei PNAB 2024; Encontros presenciais semanais com setor de cultura;

12. CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, é opinado que a contratação da consultoria especializada para implementação da Lei Aldir Blanc 2 no município é juridicamente viável, operacionalmente eficiente e economicamente condizente com a legislação vigente. A solução proposta atende de maneira integral às necessidades identificadas, posicionando-se como a escolha mais apropriada para assegurar o sucesso na implementação da referida legislação.

Arauá/SE, 29 de abril de 2026.

Fátima Cristina de Jesus Rocha

Assessora de Divisão

Matrícula nº 1092988

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Assim como toda contratação, vislumbra-se a existência de riscos para ambas as partes da relação contratual, devendo a Administração acautelar-se com providências adequadas a intervenção e rápida resolução dos problemas decorrentes da prestação dos serviços, acaso surjam.

RISCO 1: Não assinar contrato	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano	
A não assinatura do Termo de contrato resulta na não prestação do serviço o que impacta negativamente na realização e no cumprimento das exigências da aplicação da Lei Aldir Blanc.	
Ação Preventiva	Responsável
– A equipe administrativa deve atentar-se ao cumprimento desta etapa junto ao contratado.	Equipe Administrativa da Secretaria de Cultura
Ação de Contingência	Responsável
– Contratar uma nova empresa	Equipe Administrativa da Secretaria de Cultura

RISCO 2: Não cumprir as cláusulas contratuais	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto
Dano	
O comprometimento na execução dos serviços firmados no Termo de Contrato	
Ação Preventiva	Responsável
– Assegurar e solicitar previamente à empresa o comprometimento	Equipe Administrativa da Secretaria da Cultura
Ação de Contingência	Responsável

– Solicitar o cumprimento do serviço, caso contrário aplicar as sanções administrativas	Equipe Administrativa da Secretaria da Cultura
---	--

RISCO 3: Não prestar um bom serviço.	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano	
A prestação do serviço com má qualidade impactaria de maneira negativa na Execução da Lei e prejudicaria tanto o município como os agentes culturais.	
Ação Preventiva	Responsável
– Assegurar e solicitar previamente à empresa o comprometimento e a boa execução do serviço.	Equipe Administrativa da Secretaria da Cultura
Ação de Contingência	Responsável
– Observar se o serviço está sendo prestado de maneira correta.	Equipe Administrativa da Secretaria da Cultura

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. A execução dos serviços objetos desta contratação não provocam impactos ambientais.

12. CONCLUSÃO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. O departamento administrativo, após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, posiciona-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação de Empresa Especializada para Consultoria e Assessoria.

Araújo/SE, 29 de abril de 2026.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Fátima Cristina de Jesus Rocha
Assessora de Divisão
Matrícula nº 1092988